

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS
E
PONTO DE CONTACTO DA REDE JUDICIÁRIA EUROPEIA EM MATÉRIA CIVIL E COMERCIAL
FORMAÇÃO CONTÍNUA 2017/2018



Lisboa - 5 e 12 de janeiro de 2018

Faro - 22 e 29 de junho de 2018

Porto - 6 e 13 de abril de 2018

Ponta Delgada - 20 e 21 de setembro de 2018

Funchal - 14 e 15 de junho de 2018

Coimbra - 12 e 19 de outubro de 2018

Destinatários: Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público.

Objetivos:

- Proporcionar aos destinatários um acesso uniforme e atualizado, com incidência marcadamente prática, ao estudo das mais relevantes matérias da Cooperação Judiciária em Matéria Civil e Comercial;
- Divulgar e analisar as principais questões suscitadas na prática dos Tribunais portugueses aquando da aplicação da legislação da União Europeia;
- Apresentar as mais recentes novidades no processo legislativo europeu e na jurisprudência do TJUE, com reflexos diretos na prática judiciária interna;
- Apresentar projetos de evolução próxima da legislação da União Europeia com reflexos diretos na prática judiciária interna;
- Descodificar o *modus operandi* próprio dos Regulamentos a que os Tribunais portugueses recorrem com maior frequência;
- Resolver hipóteses de trabalho no âmbito da Cooperação Judiciária em Matéria Civil e Comercial, elaboradas com base em situações reais.

Visando estes objetivos, serão analisados os seguintes **Regulamentos**:

1. Regulamento (CE) n.º 1393/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de novembro de 2007
2. Regulamento (CE) n.º 1206/2001, do Conselho, de 28 de maio de 2001
3. Regulamento (CE) n.º 2201/2003, do Conselho, de 27 de novembro de 2003
4. Regulamento (UE) n.º 655/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014
5. Regulamento (UE) n.º 1215/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2012
6. Regulamento (CE) n.º 593/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008
7. Regulamento (CE) n.º 864/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007

Formadores:

Carlos Marinho, Juiz Desembargador - Antigo Juiz Ponto de Contacto de Portugal da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial

Florbela Lança, Juíza Desembargadora - Antigo Juiz Ponto de Contacto de Portugal da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial

Rui Vouga, Juiz Desembargador

José Manuel Ribeiro de Almeida, Procurador da República - Tribunal Constitucional

Paula Pott, Juíza de Direito e Juiz Ponto de Contacto de Portugal da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial

Estrela Chaby, Juíza de Direito e Docente do CEJ

Patrícia Costa, Juíza de Direito e Docente do CEJ

Comentadora:

Maria Perquilhas, Juíza de Direito e Docente do CEJ

Apoio:



Conselho Superior da Magistratura



**CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS**

Núcleos:
COIMBRA – Av. Sá da Bandeira, Edif. Golden, n.º 115 – 5.º E.F.G.H. (antigo Registo Notarial) 3004 – 515 Coimbra
PORTO – Rua de Camões, n.º 155, 6.º Piso (Edifício da Caixa Geral de Depósitos), 4049-074
Porto, Tel: 22 205 89 68 / 22 203 12 99 Fax: 22 200 89 44

Sede
Largo do Limoeiro,
1149-048 Lisboa
Tel: 21 884 56 00 Fax: 21 884 56 15

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS
E
PONTO DE CONTACTO DA REDE JUDICIÁRIA EUROPEIA EM MATÉRIA CIVIL E COMERCIAL
FORMAÇÃO CONTÍNUA 2017/2018

Cooperação Judiciária em matéria civil e comercial

Ação de Formação Contínua Tipo D

Programa – 1º Dia

Manhã

09h30 Abertura e nota introdutória

Luís Silva Pereira, Diretor-Adjunto do Centro de Estudos
Judiciários

10h00 Citações e notificações – Questões da prática dos
Tribunais relativas ao Regulamento (CE) n.º 1393/2007, do
Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de novembro
de 2007

10h30 Formulários anexos ao Regulamento (CE) n.º 1393/2007, do
Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de novembro
de 2007 – chave de leitura e modo de utilização

11h00 Análise e resolução de caso(s) prático(s) em matéria de
citações e notificações
Apresentação e discussão das conclusões

12h30 *Newsflash* em matéria de Cooperação Judiciária Civil e
Comercial:

Apresentação do Guia das Sucessões
Regimes matrimoniais e união de facto registada – projetos
A revisão do regime das citações e notificações

Tarde

14h00 Análise e resolução de caso prático – Regulamento (CE)
n.º 1206/2001, do Conselho, de 28 de maio de 2001
Utilização da ferramenta videocivil – Videoconferência
transfronteiriça

14h45 Análise e discussão de jurisprudência do Tribunal de
Justiça da União Europeia

15h30 A aplicação pelos Tribunais portugueses do Regulamento
(CE) n.º 2201/2003, do Conselho, de 27 de novembro de
2003 – Questões próprias e visão integrada na abordagem
do direito comunitário

Apoio:



Conselho Superior da Magistratura

Núcleos:

COIMBRA – Av. Sá da Bandeira, Edif. Golden, n.º 115 – 5.º E.F.G.H. (antigo Registo Notarial) 3004 – 515 Coimbra

PORTO – Rua de Camões, n.º 155, 6.º Piso (Edifício da Caixa Geral de Depósitos), 4049-074

Porto, Tel: 22 205 89 68 / 22 203 12 99 Fax: 22 200 89 44



Ponto de Contacto de PORTUGAL
Rede Judiciária Europeia
em matéria civil e comercial

**C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS**

Sede
Largo do Limoeiro,
1149-048 Lisboa

Tel: 21 884 56 00 Fax: 21 884 56 15

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS
E
PONTO DE CONTACTO DA REDE JUDICIÁRIA EUROPEIA EM MATÉRIA CIVIL E COMERCIAL
FORMAÇÃO CONTÍNUA 2017/2018

Cooperação Judiciária em matéria civil e comercial

Ação de Formação Contínua Tipo D

Programa – 2º Dia

Manhã

09h30 Regulamento (UE) n.º 655/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014 – Arresto de contas bancárias

Análise e resolução de caso(s) prático(s)
Apresentação e discussão das conclusões

11h00 *Newsflash* em matéria de Cooperação Judiciária Civil e Comercial:

Título executivo europeu – relevo e pertinência atuais
Jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia – reflexos para o regime da injunção nacional

11h45 Regulamento Bruxelas I – As regras de competência

Tarde

14h00 Regulamento Bruxelas I – Notas acerca do reconhecimento e execução de uma decisão judicial no estrangeiro

14h45 Análise e resolução de casos práticos
– Lei aplicável às obrigações contratuais (o Regulamento (CE) n.º 593/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008 – Roma I) e lei aplicável às obrigações extracontratuais (o Regulamento (CE) n.º 864/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007 – Roma II)

Discussão e apresentação das conclusões

Apoio:



Conselho Superior da Magistratura

Núcleos:

COIMBRA – Av. Sá da Bandeira, Edif. Golden, n.º 115 – 5.º E.F.G.H. (antigo Registo Notarial) 3004 – 515 Coimbra

PORTO – Rua de Camões, n.º 155, 6.º Piso (Edifício da Caixa Geral de Depósitos), 4049-074

Porto, Tel: 22 205 89 68 / 22 203 12 99 Fax: 22 200 89 44



Ponto de Contacto de PORTUGAL
Rede Judiciária Europeia
em matéria civil e comercial

**CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS**

Sede

Largo do Limoeiro,
1149-048 Lisboa

Tel: 21 884 56 00 Fax: 21 884 56 15